

Greve recorde

Na quarta-feira 3, os professores da rede estadual de São Paulo aprovaram a continuidade da greve da categoria. Com isso, a paralisação superou 80 dias e pode ser considerada a maior da história da categoria no estado. Na assembleia-geral, os grevistas estavam divididos e foi preciso realizar duas votações para se chegar a uma decisão final. Os professores continuam a reivindicar um reajuste salarial de 75,33%. O governador Geraldo Alckmin insiste que a paralisação tem conteúdo político e não parece disposto a ceder às exigências.

OMAR FREIRE



O petista defende a esposa

Denúncia/ A PF mira Pimentel

Os gastos de campanha do governador de Minas Gerais são investigados

AS VOLTAS COM a “herança maldita” deixada pelos tucanos, o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, terá de enfrentar os efeitos de uma investigação da Polícia Federal sobre sua campanha eleitoral. A apuração teve início em 2014, quando a PF apreendeu 113 mil reais em um jatinho do empresário Benedito Rodrigues de Oliveira Neto. Na mesma aeronave estava um integrante da campanha do petista, o ex-funcionário do Ministério das Cidades Marcier Trombiere Moreira. À época, todos negaram irregularidades.

Bené, como é conhecido, comanda empresas do setor gráfico e firmou mais de 500 milhões em contratos com órgãos federais. Ele e mais três foram presos na sexta-feira 29. Segundo a PF, o empresário utilizava uma rede de firmas de fachada para lavar dinheiro proveniente dos desvios praticados no governo federal. Entre essas empresas, suspeita a PF, está a Oli Comunicações e Imagens, de propriedade da jornalista Carolina de Oliveira Pereira, esposa de Pimentel. O governador rechaça as suspeitas. “O mandado de busca e apreensão foi expedido com base em alegação inverídica. Absolutamente inverídica.”

COSTUMES/ A MAIORIA A FAVOR DE O BOTICÁRIO

A PROPOSTA DE BOICOTE À MARCA DE COSMÉTICOS NÃO VIGORA

Em 2011, um anúncio da Benetton estampou uma foto de um beijo entre dois modelos masculinos, um deles semelhante ao papa Bento XVI, o outro ao xeque Ahmed El-Tayeb. A peça foi retirada do ar, mas fez sucesso por defender o fim do ódio nas relações humanas.

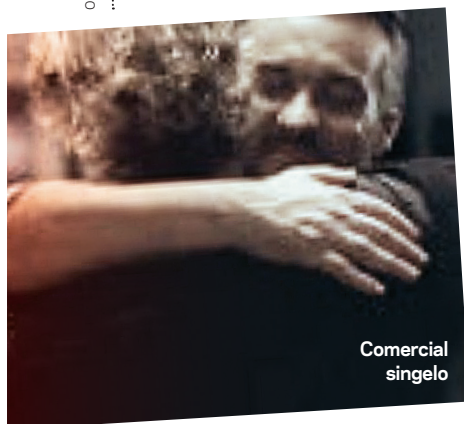
No Brasil, um simples abraço entre gays causou furor se-

melhante. O Boticário, rede de franquias de cosméticos, veiculou uma campanha na qual mostra uma troca de presentes entre diferentes tipos de casais, hétero e homossexuais.

Ninguém se beija na propaganda. Ainda assim, consumidores protestaram e denunciaram a peça ao Conar por considerá-la desrespeitosa. Além de

sugerirem um boicote à marca, muitos compareceram à página do YouTube da empresa para externar seu desaprovação.

O jogo virou, porém. Na quarta 3, quase 300 mil internautas haviam curtido a campanha, enquanto pouco mais de 170 mil a desaprovavam. Talvez a tolerância seja maior do que gostariam os reacionários.



Comercial singelo

A Semana

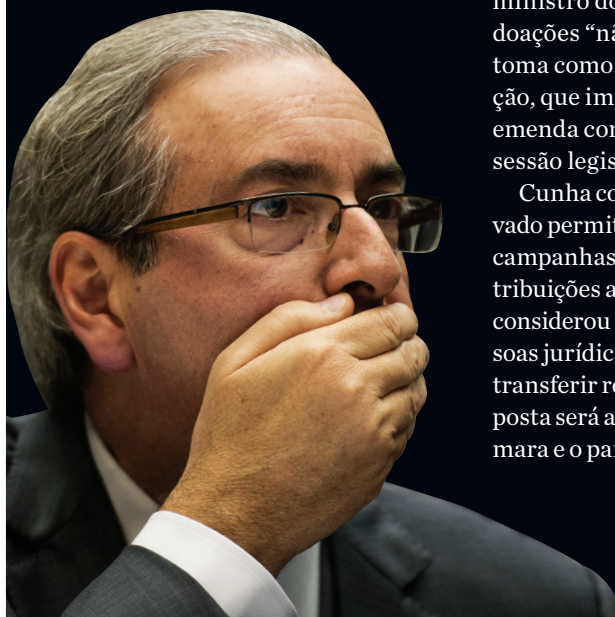
Amorim derrota Daniel Dantas

O Supremo Tribunal Federal invalidou um acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que obrigava o jornalista Paulo Henrique Amorim a indenizar em 250 mil reais o banqueiro Daniel Dantas. "A crítica jornalística traduz direito impregnado de qualificação constitucional, plenamente oponível aos que exercem qualquer atividade de interesse da coletividade em geral, pois o interesse social sobrepuja-se a eventuais suscetibilidades que possam revelar as figuras públicas", anotou o ministro Celso de Mello.



Congresso/ Esperteza em demasia

O Supremo pode derrubar o financiamento privado às campanhas eleitorais



COMO DISSE o deputado Jean Wyllys, às vezes a esperteza come o esperto. O que parecia uma artilharia de Eduardo Cunha, presidente da Câmara, pode representar uma derrota fragorosa. Ao manobrar para incluir na Constituição o financiamento empresarial de campanhas, após ser derrotado horas antes em uma votação sobre o mesmo tema, Cunha pode ter ganho a batalha, mas tende a perder a guerra.

Na quarta-feira 3, Marco Aurélio Mello, ministro do STF, afirmou que a PEC das doações "não tem valor legal". O ministro toma como base o artigo 60 da Constituição, que impede a reapresentação de uma emenda constitucional em uma mesma sessão legislativa.

Cunha cometeu outro erro. O texto aprovado permite que empresas possam doar em campanhas eleitorais, mas restringe as contribuições a partidos políticos. Cunha não considerou que as legendas também são pessoas jurídicas e não poderiam, portanto, transferir recursos aos candidatos. A proposta será alvo de mais uma votação na Câmara e o parágrafo pode ser corrigido.

Cunha extrapolou, entendem magistrados

LAVA JATO/SÉRGIO CABRAL E PEZÃO, JUNTOS E MISTURADOS

A JUSTIÇA QUEBRA O SIGILO TELEFÔNICO DO EX E DO ATUAL GOVERNADOR DO RIO DE JANEIRO

Em mais um capítulo da investigação dos políticos citados na Operação Lava Jato, o Supremo Tribunal de Justiça autorizou a quebra do sigilo telefônico do governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e de seu antecessor, Sérgio Cabral, ambos do PMDB. O pedido foi encaminhado pela Polícia Federal e mira os registros telefônicos anteriores ao período da campanha de 2010. Outro com a quebra de sigilo aceita pelo ministro Luis Felipe Salomão, relator do caso, foi o ex-chefe da Casa Civil, Régis Fichtner.

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, investiga se os políticos cometeram os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. A suspeita é de que Cabral e Pezão atuaram em conjunto com Fichtner

para receber 30 milhões de reais provenientes de empresas contratadas pela Petrobras para a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. O repasse teria sido intermediado pelo ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa. Em sua delação, Costa relatou o pagamento aos políticos e detalhou uma reunião com Fichtner na sede do governo do Rio.

Pezão (dir.) e Cabral teriam recebido 30 milhões de reais





O premier grego ameaça não pagar

Grécia/Últimos capítulos?

A Troika não deixa opções a Tsipras além de rendição ou calote

NA TERÇA-FEIRA 2, União Europeia, FMI e BCE fecharam uma oferta com caráter de ultimato, apresentada à Grécia no dia seguinte. A exigência de superávit primário seria suavizada dos 3% originais para 1%, em 2015, e de 4,5% de 2016 em diante para 2% em 2016, 3% em 2017 e 3,5% em 2018. Isso ainda implica mais austeridade do que Atenas julga aceitável, inclusive aumento dos impostos e redução adicional das aposentadorias de 60% para 53% dos últimos

salários, quando antes da crise eram 80%.

Alexis Tsipras propôs 0,8% em 2015 e 1% em 2016 e julga os cortes nas aposentadorias uma “linha vermelha” que não pode cruzar. Há forte oposição no Syriza a novas concessões e bastaria o voto contrário de alguns de seus deputados para rejeitar o acordo e tornar novas eleições necessárias. Seu governo diz não aceitar a chantagem e ameaçou não pagar a parcela de 300 milhões de euros devida ao FMI na sexta-feira, muito menos o 1,3 bilhão programado para as duas semanas seguintes.

Os reis das espuminhas

A mera troca de cadeiras entre os três primeiros colocados (El Celler de Can Roca, de Girona, Espanha, a Osteria Francescana, de Modena, Itália, e o Noma, de Copenhague, Dinamarca) definiu a lista dos 50 melhores restaurantes do mundo na versão badalada e muito contestada da revista *The Restaurant*, patrocinada pela San Pellegrino. O resultado foi anunciado na segunda 1º, com a habitual consagração do estilo espumilha em detrimento da gastronomia clássica. Há sete espanhóis no top 50, inclusive os primeiros irmãos Roca (o D.O.M., de Alex Atala, ficou em 9º, desta vez atrás do peruano Central, do chef Virgilio Martínez, em surpreendente 4º, e o Maní, de Helena Rizzo, em 41º, bateu até o triestrelado Alain Ducasse no Plaza Athénée).



WIKILEAKS/TODO PODER ÀS TRANSNACIONAIS

O TISA PLANEJA UM GOLPE DEFINITIVO NA SOBERANIA FINANCEIRA E TECNOLÓGICA DAS NAÇÕES

Na quarta-feira 3, o WikiLeaks divulgou para dez jornais selecionados os termos até então secretos do Trade in Services Agreement (Tisa) em negociação entre 50 países liderados pelos Estados Unidos e a União Europeia (incluindo Japão,

Coreia do Sul e os latino-americanos da Aliança do Pacífico – Panamá, Costa Rica e Paraguai –, mas não os BRICS), que se pretendia ocultar por cinco anos depois de as negociações terminarem e entrar em vigor.

Os textos indicam a preten-

são de eliminar todas as restrições à globalização das bolsas e dos serviços financeiros e a novos instrumentos financeiros, inclusive aqueles ligados à bolha imobiliária que deflagrou a crise de 2008. Ao mesmo tempo, exige-se transparência total

dos governos nacionais, que teriam de anunciar de antemão e debater novas normas, de modo a dar tempo às transnacionais e seus lobbies para driblá-las ou bloqueá-las. Deseja-se também impedir os governos de exigir armazenamento local de dados.